

## **BURGUESIA DIVIDIDA E PACTO SOCIAL**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo, 26.02.1982*

Cláudio Bardella, um dos empresários mais lúcidos deste país, afirmou na última semana que a sociedade civil precisa articular-se para conseguir alterar a política econômica do Governo. Segundo suas palavras, “devem ocorrer articulações e entendimentos com os setores representativos da sociedade civil, que incluem agricultura, trabalhadores, comércio e indústria. A solução para a melhoria das atividades econômicas é exclusivamente política e por isso temos que ter o apoio da nação”.

Estas palavras são em primeiro lugar um desmentido da teoria linear segundo a qual o Estado, nas sociedades capitalistas, seria um mero instrumento da burguesia. Se o Estado brasileiro estivesse exclusivamente a serviço da acumulação de capital, os empresários, ou uma parte ponderável deles, não necessitariam do apoio da sociedade civil para alterar a política econômica do Governo.

Mas devemos então deduzir que o Estado brasileiro é uma organização governada por tecnoburocratas civis e militares em seu próprio nome? De forma alguma, Esta é uma visão simpática aos espíritos conservadores, sempre prontos a culpar a tecnoburocracia e o Estado por todos os males da nação, mas não é confirmada pela realidade. Sem dúvida a tecnoburocracia estatal vem adquirindo uma autonomia maior, na medida em que crescem o aparelho estatal e as empresas públicas. Mas a tecnoburocracia continua a ser um sócio menor, ainda que desde 1964 com poder de Tutela, na formação social brasileira.

O sócio maior é a burguesia, são os capitalistas. Mas é claro que essa burguesia, que se uniu temporariamente em 1964 e se associou à tecnoburocracia estatal, agora volta a estar dividida. Uma divisão nem sempre clara porque existem interesses comuns confundindo-se com os interesses divergentes, mas uma divisão real.

O Estado brasileiro está a serviço da burguesia, mas de uma parte da burguesia: de um lado, da grande burguesia monopolista e financeira, inclusive multinacional que se apóia ou depende diretamente do Estado; de outro, dos restos da burguesia latifundiária e mercantil, ainda dominante no Nordeste e no Norte do país.

A política econômica do Governo de um lado atende às determinações dos banqueiros internacionais, e de outro aos interesses dessa grande burguesia monopolista e financeira. O latifúndio segue alienado por mero conservadorismo e falta de alternativas. E a tutela de todo o processo cabe à tecnoburocracia estatal.

Quem sofre com essa política econômica é a sociedade civil em geral, inclusive setores majoritários, pelo menos numericamente, da burguesia. A recessão de 1981 prejudicou a todos, exceto a grande burguesia monopolista. Causou desemprego para os trabalhadores e queda na taxa de lucro para as empresas competitivas.

Por isso a média burguesia, a partir de 1977, optou pela redemocratização do país e rompeu sua aliança com a tecnoburocracia estatal. Por isso o empresário faz um apelo à união da sociedade civil. Sozinha a média burguesia nada conseguirá. Unida à sociedade através de um pacto democrático poderá sacudir a tutela tecnoburocrática e ver realizada uma política econômica mais consentânea com os interesses nacionais. Na verdade, a sociedade como um todo dispensa tutela, seja de tecnoburocratas, de banqueiros internacionais ou da grande burguesia monopolista.(26/01)